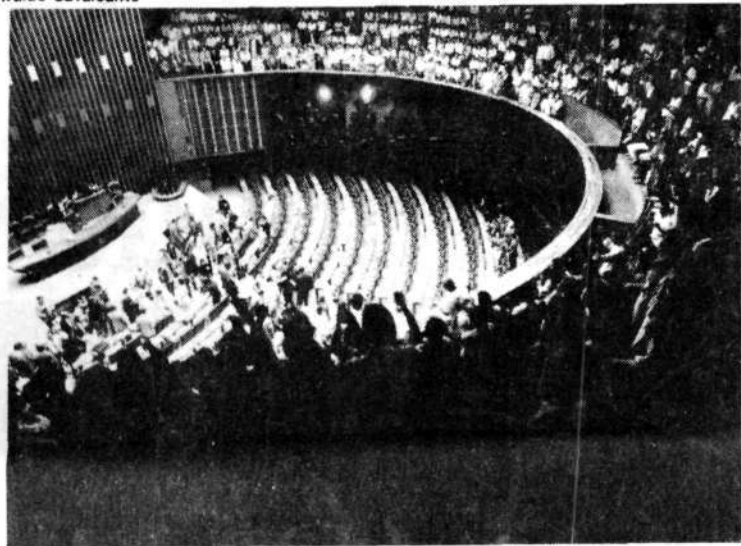
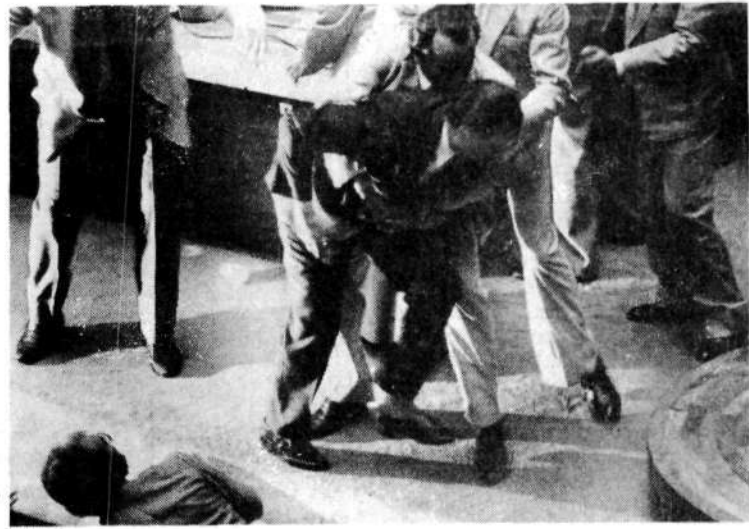


Valdo Cavalcante



As galerias estiveram cheias na sexta, mas a decisão só veio ontem, com elas totalmente vazias

Nélio Rodrigues



Alguns parlamentares cortaram o som na mesa presidida por José Lins. O tumulto se generalizou

Sessão tumultuada impõe freio à reforma agrária

INDEXADO

Sistema Eleitoral

Voto só será permitido aos dezoito anos

Sem estimativas para encerrar seus trabalhos, devendo ter atingido a madrugada de hoje, a Comissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, ainda estava votando com muita lentidão as mais de 500 emendas à noite de ontem, depois de apreciar os 541 destaques. Muitas das emendas são repetitivas ou eliminadas por questões aprovadas nos destaques.

Na análise de alguns dos constituintes participantes da Comissão, apesar da maioria ser «conservadora», os resultados estão sendo melhores do que o esperado, com algumas propostas significando avanço. Como exemplo citam a derrubada da proposta e prorrogação de mandatos, a possibilidade de candidatura dupla (Executivo e Legislativo) e também a maior liberdade para organização partidária. Um dado muito importante na Comissão é quanto ao mandato presidencial. No relatório final vai aparecer a defesa de cinco anos para os futuros presidentes e cinco, também, para Sarney. Somente a proposta de Prisco Viana foi derrotada por 27 votos contra 21. Eram precisos 32 votos para que a mesma saísse, dando lugar à de quatro anos. O fato é apresentado como a existência de setores que poderão alterar esse resultado na Comissão de Sistematização.

Depois de ter perdido na votação a redução da idade eleitoral de 18 para 16 anos, o PT tentou transformar o voto eleitoral obrigatório em facultativo, sem qualquer sucesso pois até mesmo o PC do B, através da deputada Lidice da Mata — (BA) apresentou parecer contrário ao voto facultativo.

Na parte de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, os setores conservadores só perderam na questão relativa à organização de «órgãos de vigilância, subordinados aos prefeitos municipais» em municípios com mais de cem mil habitantes.

A votação do relatório da Comissão da Ordem Econômica terminou exatamente como começou: de maneira melancólica. Começou na noite de sexta-feira, estendeu-se pela madrugada de ontem, com agressões físicas entre deputados, e terminou à tarde, sem a presença dos parlamentares denominados de «esquerda» em plenário.

O resultado também não poderia ter sido outro: o substitutivo sobre a reforma agrária, de autoria do deputado Jorge Vianna, do PMDB, que tomou o lugar do primeiro, elaborado pelo senador Severo Gomes, considera que a função da propriedade rural é cumprida quando o imóvel «é ou está em curso de ser racionalmente aproveitado». E que «compete à União promover a reforma agrária, pela desapropriação, por interesse social, da propriedade territorial rural improdutiva, em zonas prioritárias, mediante pagamento de prévia e justa indenização».

E mais: «A lei ordinária disporá, para efeito de reforma agrária, sobre os processos administrativos e judicial de desapropriação por interesse social, assegurando ao desapropriado ampla defesa. O processo judicial terá uma vitória prévia, de rito sumário, onde se decidirá o cabimento da desapropriação e o arbitramento de depósito prévio».

O novo texto do relatório, no capítulo dos princípios gerais, considera empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusiva e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no país, ou por entidades de direito público interno. «As atividades das empresas nacionais» — diz o parágrafo primeiro do artigo 3º da emenda do senador Irapuan



Costa Júnior — «que a lei considerar estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico poderão ter proteção transitória».

E, no parágrafo segundo, acrescenta: «As empresas de controle majoritário nacional terão preferência no acesso a créditos públicos subvencionados e, em igualdade de condições, no fornecimento de bens e serviços ao poder público». Os capitais estrangeiros, segundo o novo texto, atuarão como agentes complementares do desenvolvimento econômico, mas regulados por leis complementares.

No capítulo referente à questão urbana e transporte, de autoria do deputado José Ulisses de Oliveira, cai o usucapião urbano, embora garantido ao Poder Público o estabelecimento da cobrança de imposto progressivo, no tempo, e sem caráter expropriatório, sobre áreas urbanas não edificadas ou não utilizadas, de forma que se assegure o cumprimento da função social da propriedade.

Estas foram as razões que motivaram a retirada de 23 parlamentares de plenário na hora da votação, e assim o relatório foi votado por apenas 42 deputados e senadores integrantes do grupo que se autodenomina de liberal-progressista. Também foi o motivo da pancadaria ocorrida a um hora da madrugada, quando deputados do chamado grupo de

esquerda tentaram arrancar os fios dos microfones do relator da comissão e, posteriormente, o do próprio presidente, José Lins de Albuquerque.

Tudo começou quando José Lins determinou ao relator Hélio Duque a leitura dos substitutivos do grupo liberal. Os deputados José Genoíno, Aldo Arantes, Eduardo Bonfim e Haroldo Correia, de esquerda, tentaram impedir a leitura e foram agredidos pelo deputado Paulo Zazur, iniciando-se um incidente que foi contido por outros parlamentares. Em seguida, Hélio Duque renunciou à vice-presidência da Comissão da Ordem Econômica, e Zé Lins nomeou imediatamente para o lugar de relator o deputado Jalles Fontoura.

Desta vez, quem puxava os fios do microfone era a deputada Raquel Copiberibe, do Acre, auxiliada por Genoíno, Arantes, Correia e Bonfim. Zé Lins ainda tentou usar o microfone da presidência para conter os ânimos, quando os deputados da esquerda tentaram então cortar o som. A pancadaria foi generalizada, enquanto das galerias os membros da UDR acusavam os trabalhadores de «vagabundos», e estes revidavam, chamando-os de «assassinos».

Somente às duas horas os ânimos foram contidos, a sessão foi dada por encerrada, mas o povo permaneceu nas galerias por mais algum tempo. A esta altura, já tomara conhecimento de que não teria acesso ao plenário na sessão que recomeçou às 12 horas de ontem, e encerrou os seus trabalhos depois das 17 horas, aprovando integralmente os substitutivos alternativos com apenas 42 parlamentares votantes.

Os 23 ausentes distribuíram uma declaração, acusando o presidente da Comissão da Ordem Econômica, José Lins, de ter preparado uma manobra para fazer prevalecer pela violência posições antinacionais, entreguistas e contrárias aos avanços sociais exigidos pela ampla maioria do povo. «Esse golpe» — diz a declaração — «visa empurrar goela abaixo da Constituinte um substitutivo que impede a realização da reforma agrária, não estabelece limites máximos para as propriedades rurais, avilta a soberania nacional, escancara as portas do país à ação perniciososa do capital estrangeiro, desfigura o conceito de empresa nacional, através de uma formulação que possibilita às filiais e subsidiárias de multinacionais serem consideradas como empresas brasileiras e nega direitos fundamentais do povo brasileiro».



Proprietários rurais aclamaram Ronaldo Caiado, da UDR